

Cordeiro critica o excesso de órgãos para dirigir Suds

19 JUL 1989

SAÚDE

JORNAL DE BRASÍLIA

Rio — O grande problema que o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde enfrenta é o excesso de órgãos para comandá-lo, nos municípios e estados. A opinião é do ex-presidente do Inamps, Hésio Cordeiro, que ressaltou alguns pontos favoráveis do Suds em sua fase de implantação, como a queda da mortalidade infantil e a redução dos gastos. Como exemplo disso, ele citou o Município de Barra Mansa, que está poupando dois milhões de cruzados por mês, já que a Secretaria Municipal de Saúde está controlando o número de exames complementares. Antes do Suds, o número de exames de sangue, urina, ou eletros estava numa faixa de 300 mil por mês, o que significa dois por habitante. Hésio Cordeiro também comentou a situação da meningite no país. Segundo ele, o aumento do número de casos registrados não caracteriza epidemia. O ex-presidente do Inamps concordou ainda com a atitude da Secretaria Estadual de Saúde de não promover campanhas de vacinação em massa.

Hésio Cordeiro explicou que a vacina só deve ser utilizada para o bloqueio de casos localizados.

Novas disciplinas

A Universidade Federal de Minas Gerais será obrigada pela Justiça a recriar, a partir de agosto, duas disciplinas do curso de Medicina, extintas em 78: Medicina Legal e Deontologia, ou Ética. O mandato de segurança que determinou a recriação das duas cadeiras foi solicitado pelo professor Ivan Lage, médico e advogado, e concedido pelo juiz Lourival Gonçalves de Oliveira, da 1ª Vara Cível da Justiça Federal em Minas.

Paralelo ao mandado, Ivan Lage tem também uma ação popular, impetrada em abril, que, além de pedir a volta das duas disciplinas, quer que a Justiça decrete como ilegais cerca de 4 mil diplomas expedidos nos últimos 11 anos. Segundo o professor Lage, os médicos que se formaram neste período são completamente incapacitados para por exemplo, fornecer um atestado de óbito. Ele garante que tem em seu poder mais de 100 atestados, "completamente ab-

surdos", como o caso de uma menina de sete anos em que o médico preencheu no local da "causa mortis" com a frase "já era cadáver".

Lage quer também que a Procuradoria Geral da República, através da Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos e Interesses Coletivos, assuma a defesa de sua ação. Ele revela que já solicitou a deputados federais e estaduais e vereadores que apresentem projeto de lei, tornando obrigatório a disciplina Ética, em todos os cursos superiores.

Segundo Ivan Lage, o curso de Medicina da UFMG é o único do País, onde não existem as duas matérias em questão. Pela sua avaliação, a Justiça deverá dar uma sentença sobre a ação popular dentro de 30 dias. Mas como diante de qualquer resultado uma das partes irá recorrer, ele garante que somente dentro de dois a três anos será julgado o mandado de segurança pelo TRF.